



CONGRESSO NACIONAL

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 19/05/2008 às 15:00

ERBIO

Matr.:

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
MPV - 428	
00064	

2	DATA
15/05/2008	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 428, de 12 de maio de 2008	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly - PSDB/PR	

5	N. PRONTUÁRIO
454	

6									
1-	☐ SUPRESSIVA	2-	☐ SUBSTITUTIVA	3-	☐ ADITIVA	4-	☒ EMENDADIVA	5-	☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL
6-									
7-									
8-									
9-									
10-									
11-									
12-									
13-									
14-									
15-									
16-									
17-									
18-									
19-									
20-									
21-									
22-									
23-									
24-									
25-									
26-									
27-									
28-									
29-									
30-									
31-									
32-									
33-									
34-									
35-									
36-									
37-									
38-									
39-									
40-									
41-									
42-									
43-									
44-									
45-									
46-									
47-									
48-									
49-									
50-									
51-									
52-									
53-									
54-									
55-									
56-									
57-									
58-									
59-									
60-									
61-									
62-									
63-									
64-									
65-									
66-									
67-									
68-									
69-									
70-									
71-									
72-									
73-									
74-									
75-									
76-									
77-									
78-									
79-									
80-									
81-									
82-									
83-									
84-									
85-									
86-									
87-									
88-									
89-									
90-									
91-									
92-									
93-									
94-									
95-									
96-									
97-									
98-									
99-									
100-									

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Adicione-se ao texto da Medida Provisória nº 428/08 onde couber, o seguinte artigo:

“Art. O art. 8º da Lei nº 9.478/97 passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe:

I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto à qualidade dos produtos;

(...)

XIX – regular e fiscalizar as atividades relacionadas à comercialização, distribuição e revenda de álcool combustível.

§ 1º Na implementação do disposto no inciso XIX do caput:

I- É vedado à ANP restringir, limitar ou proibir a comercialização do álcool combustível, exceto em decorrência da constatação de situação irregular, quando restrições limitações ou proibições podem ser aplicadas, nos termos da Lei nº 9.847/99;

II- A ANP estabelecerá normas a serem observadas pelos distribuidores, pelos agentes de comercialização e pelos revendedores varejistas que garantam a



[Assinatura]

qualidade do álcool combustível para o consumidor final na venda de varejo.

§ 2º. A ANP deverá adequar-se ao disposto no parágrafo anterior, revogando os normativos em contrário, no prazo de 30 dias.

§ 3º As sessões deliberativas da Diretoria da ANP que se destinem a resolver pendências entre agentes econômicos e entre esses e consumidores e usuários de bens e serviços da indústria de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis serão públicas, permitida a sua gravação por meios eletrônicos e assegurado aos interessados o direito de delas obter transcrições." (NR)

§ 4º. As iniciativas de projetos de lei ou de alteração de normas administrativas que impliquem afetação de direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis serão precedidas de audiência pública convocada e dirigida pela ANP."

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de incidência monofásica da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins sobre a produção de álcool poderá gerar um irreparável prejuízo aos produtores de álcool na ausência de alteração substantiva das vigentes normas reguladoras do mercado de álcool combustível em vigor. De fato, ao basear-se na estrutura do mercado de combustíveis fósseis, que tem como base um único produtor, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem produzido normas que preservam o poder de mercado da distribuição. O que é solução para os combustíveis fósseis, no entanto, é um problema para o mercado de álcool combustível, desconcentrado na produção, que conta com mais de 350 produtores em todo o país.

Diante desse quadro, a presente emenda propõe alterações que, embora não sejam exaustivas, garantem um mínimo de condições para que o produtor de álcool, como agente arrecadador exclusivo da nova incidência das contribuições para o Pis-Pasep e da Cofins, não se torne também o único contribuinte ou vítima do grande incentivo à sonegação e à concorrência desleal que seria uma carga tributária excessiva no produtor.

Desse modo, as alterações propostas limitam-se à introdução de três novas definições importantes para o mercado de álcool combustível e a adaptação da definição de Distribuição (apenas substituindo a palavra "comercialização" pela palavra "venda", sem alteração de conteúdo) no art. 6º da Lei nº 9.478/97. Complementando, no art. 8º da Lei nº 9.478/97, a emenda propõe atualizar o inciso I e inserir um novo inciso XIX no caput, este para explicitar a competência da ANP com relação às atividades relacionadas ao abastecimento de álcool combustível, e inserir os §§ 1º a 4º, que contextualizam a ação da ANP em um mercado em que é preservada a livre concorrência e é privilegiada a transparência das ações do órgão regulador.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

